



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9690

**Presidente da Mesa Diretora:** José Marcos Martins de Freitas

**Espécie:** Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal

**Categoria:** Não votados, rejeitados, retirados de pauta, etc

**Autoria:** Wanderley Ferreira da Oliveira

**Data:** 13/08/2019

**Descrição Sumária:** PROJETO DE EMENDA Nº 02/2019. (REJEITADO). Acrescenta inciso XVIII ao artigo 40 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros.

**Controle Interno – Caixa:** 04

**Posição:** 69

**Número de folhas:** 06

---

Espécie: PE  
Categoria: Emenda de Lei  
CX: 4  
Anexo: 69  
Número: 09



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE EMENDA A LOM Nº02/2019

AUTOR:

Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira

ASSUNTO:

Acréscimo Inciso XVIII ao Artigo 40 da Lei Orgânica do  
Município de Montes Claros – MG.

## MOVIMENTO

- 1 -
- 2 -
- 3 - Entrada em 13/08/2019  
Comissão Legislação e Justiça e Especial
- 4 - REFEITA DO EM 01.10.2019
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE EMENDA Nº 02/2019 À LEI  
ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS –  
MG.

“Acrescenta inciso XVIII ao art. 40 da Lei Orgânica do  
Município De Montes Claros- MG”.

O povo do Município de Montes Claros/MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o seu Presidente, em seu nome e no uso de suas atribuições promulga a seguinte Emenda:

**Art. 1º** – “Acrescenta inciso XVIII ao art. 40 da Lei Orgânica Do Município De Montes Claros- MG”, com a seguinte redação:

Art.. 40 (...)

(...)

XVIII- sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Montes Claros, em 05 de agosto de 2019

Oliveira Lêga – Policial Militar  
Vereador

Wanderley Ferreira de Oliveira  
Vereador

DANIEL DIAS

João S. Silva

Valdeir

Valdeir

ps  
13/08/19  
Verificação

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 13 DE AGOSTO DE 2019  
[Assinatura]  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE ESPECIAL  
EM 13 DE AGOSTO DE 2019  
[Assinatura]  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/2019 QUE “Acrescenta inciso XVIII ao art. 40 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros”, de autoria do Vereador Wanderley Ferreira de Oliveira.**

Proposta de Emenda à Lei Orgânica enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A proposta sob comento tem por fim acrescentar o inciso XVIII ao art. 40 para prever a possibilidade de sustação de atos do Executivo por parte do Legislativo.

Tanto a Constituição Federal no inciso V do art. 49 quanto a Constituição Estadual no inciso XXX do art. 62 já preveem tal possibilidade, portanto, a alteração pretendida apenas reflete o que referidos diplomas legais já estabelecem.

Assim sendo, somos de parecer que a proposta em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 14 de agosto de 2019.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE EMENDA À LOM Nº 02/2019**

**AUTOR: Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira**

**MATÉRIA: “Acrescenta Inciso XVIII ao Artigo 40 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros – MG..”.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 13/08/2019, com entrada na Sala das Comissões no dia 15 /08/2019.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei em análise tem por escopo acrescentar inciso XVIII ao art. 40 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros- MG” para constar expressamente no rol de competência privativa da Câmara Municipal a iniciativa para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Não se verifica ilegalidade no projeto de lei vez que o instituto jurídico possui amparo legal tanto na Constituição Federal inciso V, art. 40 quanto na Constituição Estadual, inciso XXX do art. 62 portanto, a proposição não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e constitucionais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Resolução.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2019

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice-Presidente : Ver. Maria Helena de Quadros Lopes

Suplente/Relator: Ver. Martins Lima Filho





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO ESPECIAL**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE EMENDA À LOM Nº 02/2019**

**AUTOR:** Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira

**MATÉRIA:** “Acrescenta Inciso XVIII ao Artigo 40 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros – MG..”.

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 13/08/2019, com entrada na Sala das Comissões no dia 15 /08/2019.

Após receber parecer de legalidade e constitucionalidade, a proposição foi encaminhada a esta Comissão Especial, nos termos regimentais, manifestar sobre a matéria.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

A proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal, sob análise, tem por objetivo acrescentar inciso XVIII ao art. 40 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros- MG” para constar, expressamente, no rol de competência privativa da Câmara Municipal a iniciativa do Poder Legislativo para sustar atos normativos do Chefe do Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

A medida servirá como instrumento de fiscalização para assegurar que o Executivo ao editar decretos regulamentando leis mantenha-se nos limites do fiel cumprimento ou da fiel execução da lei, não sendo a ele permitido inovar no ordenamento jurídico, ou seja, não pode extrapolar ou contrariar matéria votada pelo Legislativo, o mesmo entendimento se aplica nos procedimentos da lei delegada.

No mérito, esta Comissão entende que os decretos legislativos são instrumentos de controle político-administrativo eficiente para fiscalizar a atividade normativa do Poder Executivo, naquilo que for aplicável.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 09 de setembro de 2019

Presidente “ad hoc”: Ver. Soter Magno Carmo \_\_\_\_\_

Membro: Ver. Aldair Fagundes Brito \_\_\_\_\_

Membro: Ver. Valdecy Fagundes de Oliveira \_\_\_\_\_

Membro: Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Membro: Ver. Sebastião Ildeu Maia: \_\_\_\_\_